



SNBU 2025

XXIII Seminário Nacional de
Bibliotecas Universitárias

17 A 20 DE NOVEMBRO
SÃO PAULO - SP

Eixo 2 – Inclusão e Pertencimento

Estudos sobre acessibilidade em Bibliotecas Universitárias: uma análise de conteúdo¹

Studies in accessibility in Academic Libraries: content's analysis

Gabriela Rosa – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) –
gabrielarosa0604@gmail.com

Eliane Fioravante – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) –
nanefiora@gmail.com

Resumo: Objetiva compreender quais necessidades de acessibilidade recebem maior atenção em pesquisas acadêmicas associadas à Bibliotecas Universitárias e como são abordadas (tecnologias assistivas ou ação humana). Fundamentação teórico-metodológica: Análise de Conteúdo de Bardin, técnica de análise temática, aplicada aos resumos dos documentos selecionados na BRAPCI, BDTD e Capes, categorizados por tipo de deficiência e tipo de ação. Resultados: Deficiência visual e auditiva são destaque nos estudos e a maioria aborda tecnologias assistivas. Conclusão: Acessibilidade e inclusão não podem ser reduzidas ao caráter técnico. Há necessidade de estudos sobre outros tipos de deficiência e da valorização da ação humana na inclusão social.

Palavras-chave: Acessibilidade. Bibliotecas universitárias. Pessoas com deficiência. Pesquisa bibliográfica. Análise de conteúdo.

Abstract: It aims to understand which accessibility needs receive the most attention in academic research associated with Academic Libraries and how they are addressed (assistive technologies or human action). Theoretical-methodological basis: Bardin's Content Analysis, thematic analysis technique, applied to the abstracts of documents selected from BRAPCI, BDTD, Capes, categorized by type of disability and type of action. Results: Visual and hearing impairments are highlighted in the studies and most address assistive technologies. Conclusion: Accessibility and inclusion cannot be reduced to a

¹Apoio financeiro via Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC)





technical aspect. There is a need for studies on other types of disability and the valorization of human action in social inclusion.

Keywords: Accessibility. Academic libraries. People with disabilities. Bibliographic research. Content analysis.

1 INTRODUÇÃO

A Lei 13.146, de 6 de julho de 2015, também conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), considera como pessoa com deficiência o indivíduo que tem impedimentos a longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial que podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade com os demais (Brasil, 2015, p. 8). Em divulgação de dados do ano de 2022, constatou-se que 18.579.623 de brasileiros são pessoas com deficiência, ou seja, nove em cada cem pessoas no Brasil têm algum tipo de deficiência (Brasil, 2024, local. 17). Estes dados atestam a existência desse grupo de pessoas na sociedade brasileira, mas a sua presença plena em espaços públicos e privados fica sujeita às condições de acessibilidade.

Acessibilidade, também definida pela LBI, é a possibilidade e condição para uso de espaços, mobiliários, equipamentos, edificações, transportes, informações e comunicações com segurança e autonomia por parte de pessoas com deficiência (Brasil, 2015, p. 8). Podemos relacionar o conceito de acessibilidade ao de capacitismo que, segundo Campbell (2001, p. 44, tradução nossa), é uma rede de ideias que define um padrão corpóreo e comportamental e que se baseia neste padrão para segregar pessoas que não se adaptem a ele — as pessoas com deficiência. O conceito de Campbell é válido, mas é importante levar em consideração as pessoas com deficiência que não são imediatamente percebidas ou reconhecidas como tal, também são vítimas de capacitismo. Acessibilidade e capacitismo são aqui interpretadas como dois lados da mesma moeda, ambas dizem respeito à inclusão social da pessoa com deficiência.

Para compreensão do que seria a sociedade, o estudo se baseia no trabalho de Elias (1994), que define sociedade não só como um conjunto de pessoas, mas também as formações culturais e históricas de cada grupo, não sendo possível então a separação entre a pessoa com suas individualidades e características únicas da sociedade na qual está inserida. A exclusão ou segregação de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos



vai contra o conceito de sociedade aqui defendido. Sendo assim, a acessibilidade e a promoção de posturas anticapacitistas contribuem para construção do meio social e do exercício da cidadania.

Bibliotecas, enquanto espaços de promoção do acesso à informação, são pontos-chave na luta para a diminuição das desigualdades sociais. De acordo com a Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA), bibliotecas são espaços em posição de cooperação com governos e outros parceiros, possibilitando a implementação de estratégias e programas que beneficiem os usuários (IFLA, 2015, p. 5).

Este estudo, integrante de pesquisa em desenvolvimento em Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação, busca uma maior familiaridade com pesquisas voltadas para a temática acessibilidade em bibliotecas. Tendo interesse especial na relação da biblioteca com pessoas com deficiência na formação básica educacional, constatou-se em levantamentos preliminares em bases de dados uma quantidade maior de estudos sobre acessibilidade voltados para o cenário da Biblioteca Universitária do que para o cenário da Biblioteca Escolar (foco principal da referida pesquisa).

A acessibilidade em Bibliotecas Universitárias é aqui alvo partindo da compreensão de que crianças e adolescentes com deficiência (inseridas no sistema escolar e com acesso à Biblioteca Escolar) se tornam jovens e adultos com deficiência (inseridos no ensino superior e com acesso à Biblioteca Universitária). Assim, neste XXIII Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, parte-se de uma lógica reversa, em busca da compreensão do que se estuda no fazer acessível (ou não acessível) da Biblioteca Universitária, para que posteriormente se possa contribuir para o olhar que se volta para a biblioteca na Educação Básica. Entendendo a Biblioteca Universitária como uma modalidade de serviço de informação em conexão com a Biblioteca Escolar, ou seja, uma extensão da mesma, que partilha da mesma missão: contribuir para a educação enquanto processo contínuo.

Diante do exposto, objetiva-se com este estudo compreender quais são as necessidades de acessibilidade que recebem maior atenção em pesquisas acadêmicas associadas à Biblioteca Universitária e como elas são abordadas - se com foco em tecnologias ou na ação humana.

2 METODOLOGIA

O estudo se caracteriza como bibliográfico, de caráter exploratório e descritivo, e de abordagem qualitativa. O levantamento de literatura realizado em 5 de junho de 2025 em três bases: Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), dedicada à área da Ciência da Informação; Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), que reúne a produção acadêmica brasileira no nível de Pós-Graduação; e Portal de Periódicos da CAPES, pelo acesso amplo e diverso a publicações periódicas.

Como estratégia de busca utilizou-se as palavras-chave: biblioteca universitária, acessibilidade e deficiência*, interligadas pelo operador booleano AND, nas bases de dados já mencionadas. O resultado inicial das buscas reuniu 98 documentos. Foi então, definida a publicação dos trabalhos entre 2015 e 2025, ou seja, a partir do ano de sanção da Lei Brasileira de Inclusão. Assim, com a exclusão dos documentos publicados anterior a 2015, das duplicatas, dos documentos cujos textos estavam indisponíveis, dos documentos incorretamente indexados nas bases (não relacionados à temática aqui trabalhada), a amostra final resultou em um *corpus* de 55 documentos.

Tabela 1 – Resultados da estratégia de busca na BRAPCI, BDTD e Portal de Periódicos Capes

Bases de Dados	Resultado inicial	Documentos excluídos	Resultado final
BRAPCI	48	21	27
BDTD	39	15	24
Periódicos Capes	11	7	4
Total	98	43	55

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Descrição: Tabela demonstrativa dos resultados da estratégia de busca adotada nas bases de dados. A tabela tem quatro colunas e quatro linhas. A primeira coluna apresenta três linhas com o nome das bases de dados BRAPCI, BDTD e Periódicos Capes, e na quarta linha o “Total” referente ao quantitativo apresentado na segunda, terceira e quarta colunas. A segunda coluna se refere ao “resultado inicial” das buscas nas bases de dados, a terceira aos “documentos excluídos” e a quarta ao “resultado final”. Os dados são, respectivamente: BRAPCI, 48, 21 e 27; BDTD 39, 15 e 24; Periódicos Capes 11, 7 e 4; e Total 98, 43 e 55.

Para organização, os 55 documentos da amostra foram nomeados com uma letra (A, B ou C), correspondendo respectivamente às bases BRAPCI, BDTD e Capes, seguidas por uma numeração sequencial, de 1 até o limite do número de documentos válidos em cada base de dados, a saber: 27, 24 e 4, conforme mostra a coluna quatro da Tabela 1. Desse modo, os documentos recuperados nas bases receberam as seguintes identificações: BRAPCI (A1 até A27), BDTD (B1 até B24) e Portal de Periódicos Capes (C1 até C4).



Para tratamento dos dados coletados, foi adotada a metodologia de Análise de Conteúdo, de Laurence Bardin (2004), utilizando a técnica de análise temática. A Análise de Conteúdo, nas palavras da própria autora, é um “conjunto de técnicas de análise das comunicações” (Bardin, 2004, p. 27). As etapas da aplicação da Análise de Conteúdo são: a) Pré-análise, quando da seleção do material a ser selecionado; b) Exploração do material, quando da codificação (atribuição de códigos aos trechos considerados relevantes de acordo com o objetivo do estudo) e da categorização (agrupamento dos códigos em categorias para identificar os padrões); e c) Tratamento dos dados, a inferência e a interpretação. Como o nome sugere, nesta etapa é realizada a interpretação dos resultados. No que diz respeito à análise temática, a autora explica referir-se à “contagem de um ou vários temas ou itens de significação, numa unidade de codificação previamente determinada” (Bardin, 2004, p. 73). Neste estudo, a análise temática foi aplicada com a leitura dos resumos dos 55 documentos selecionados.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Através da análise de conteúdo aplicada aos resumos dos 55 documentos que compunham o *corpus* documental deste estudo, foram atribuídos códigos aos trechos que indicavam a temática a ser observada. Estes códigos foram subdivididos em duas categorias: Tipo de deficiência e Tipo de ação.

3.1 Categoria Tipo de deficiência

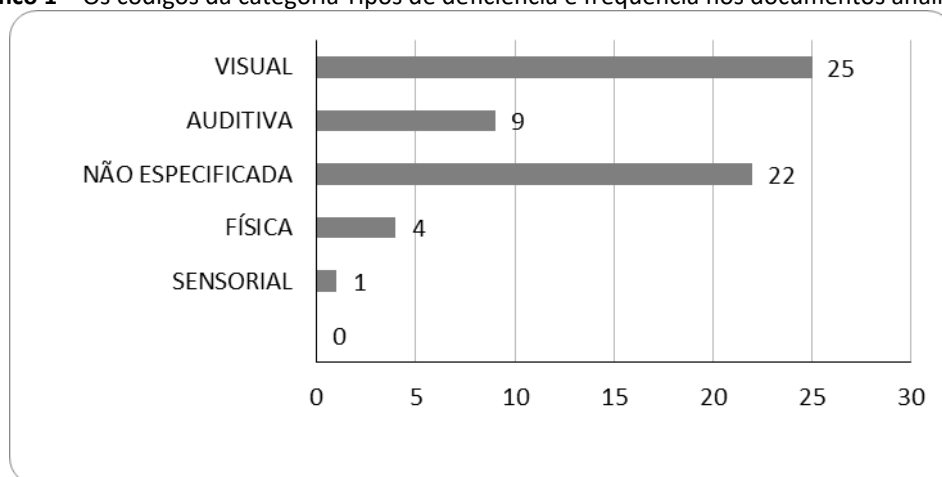
A categoria Tipo de deficiência abordou os códigos: visual, auditiva, física, sensorial, e deficiência não especificada. Esta última se referindo a trabalhos que, em seus resumos, não identificaram um tipo de deficiência em específico, se referindo apenas a “pessoa com deficiência”. Observa-se que a supracitada LBI (Brasil, 2015) elenca também como pessoa com deficiência aquelas com impedimentos de natureza mental e intelectual, não identificados na análise de conteúdo. Esta observação já aponta para uma área sem exploração dentro da amostra selecionada. Destaca-se que o código sensorial não deve ser confundido com os códigos visual ou auditiva. Enquanto estes dois se referem à pessoas cegas, ou com baixa visão, e surdas, o código sensorial

foi aplicado a um estudo referente ao autismo, reconhecido como deficiência pela Lei 12.764/2012 (também conhecida como Lei Berenice Piana¹) (Brasil, 2012).

Entre os códigos identificados na categoria Tipo de deficiência, o com maior frequência foi o visual, em 25 documentos (45,4%), seguido pelo não específico (NE), em 22 documentos (40%). Os códigos auditiva, física e sensorial foram menos frequentes: auditiva em 9 documentos (16,4%), física em 4 documentos (7,3%) e sensorial, em um único documento (2%).

O Gráfico 1, a seguir, ilustra os códigos (visual, auditiva, física, sensorial, e deficiência não especificada) da categoria Tipo de deficiência e o número de vezes que eles foram identificados nos documentos.

Gráfico 1 – Os códigos da categoria Tipos de deficiência e frequência nos documentos analisados



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Descrição: O Gráfico 1 é um gráfico de barras, de orientação horizontal. A esquerda dele, e no sentido vertical, encontram-se listados os cinco códigos da categoria Tipos de deficiência (visual, auditiva, Não especificada, física e sensorial) acompanhados de suas respectivas barras (todas na cor cinza) e, ao final das mesmas, o número, na cor preta, que indica sua frequência absoluta nos documentos.

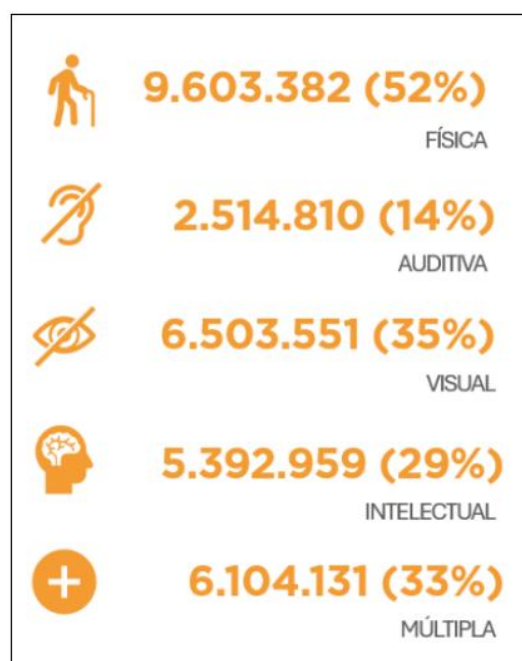
Perpendicularmente, o gráfico apresenta linhas de orientação dos valores de cinco em cinco (ou seja, o primeiro número é zero, depois 5, 10, 15, 20, 25 e 30). A primeira linha representa o código visual, com 25 documentos; a segunda representa o código auditiva, com 9 documentos; a terceira representa o código não especificada, com 22 documentos; a quarta representa o código física, com 4 documentos; e a quinta linha representa o código sensorial, com 1 documento.

Seria errôneo apontar a grande presença de estudos voltados para questões de deficiência visual como algo negativo, porém há de se destacar a particularidade de que a maior parte das pessoas com deficiência não têm deficiência visual, mas física. Conforme mostra a Figura 1, no ano de 2022, 52% das pessoas com deficiência foram

¹ Berenice Piana é uma conhecida militante e mãe de uma pessoa com autismo, sendo coautora da Lei 12.764/2012 (Grupo Conduzir, 2024, *online*).

identificadas como pessoas com deficiência física, contra 35% com deficiência visual (Brasil, 2024, local. 18).

Figura 1 – Dados numéricos e percentuais sobre a população brasileira com deficiência



Fonte: Brasil (2024, local. 18).

Descrição: A Figura 1 apresenta dados numéricos, e percentuais correspondentes, referentes aos cinco tipos de deficiência levantados na população brasileira. São elencados no sentido vertical, e na cor laranja, e cada um sendo precedido por um ícone que os representam: deficiência física - ícone de boneco com bengala, 9.603.382 (52%); deficiência auditiva - ícone de orelha com uma barra oblíqua cortando-a, 2.514.810 (14%); deficiência visual - ícone de olho com barra oblíqua cortando-o, 6.503.551 (35%); deficiência intelectual - ícone de perfil de cabeça humana, com desenho do cérebro na cor branca, , 5.392.959 (29%); e deficiência múltipla, ícone circular com o símbolo de adição no centro, e na cor branca, 6.104.131 (33%).

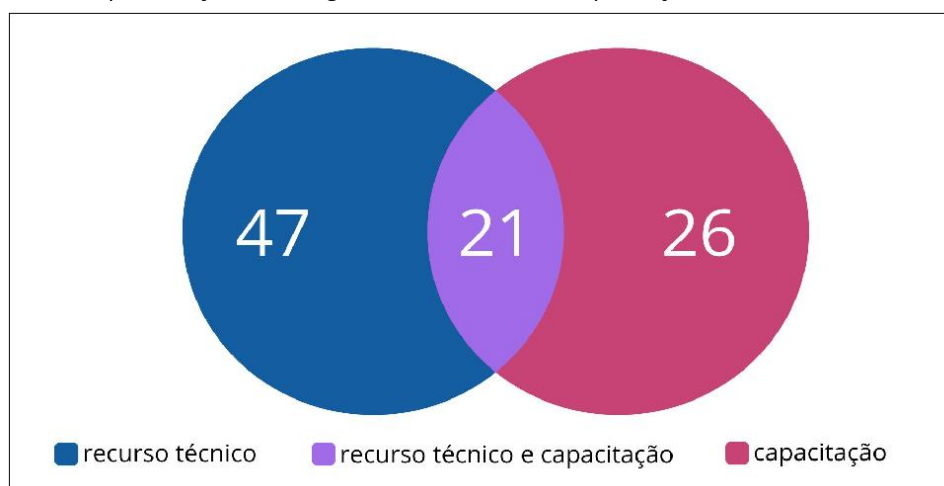
Ainda sobre os tipos de deficiência, deve-se considerar a existência da NBR 9050/2020, que trata da acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2020). E, aqui, faz-se a suposição de que a existência de normas específicas para ambientes pode suprir parte da necessidade de estudos para inovações nesta categoria, enquanto outros voltam-se exatamente para investigações relacionadas com o cumprimento destas normas. É o caso, por exemplo, da amostra B19, recuperada na BDTD, que voltado ao ambiente escolar, apresenta o seguinte trecho: “considerou-se que as avaliações de atendimento a esta exigência legal têm tomado por base de prédio modelar quanto à acessibilidade as determinações da norma técnica NBR 9050 e outras vigentes, visando a melhor inclusão dos alunos” (Gentil Júnior, 2016).

3.2 Categoria Tipo de ação

Na categoria Tipo de ação foram abordados três códigos: a) recurso técnico - ações analisadas ou propostas que tratavam de ferramentas, instrumentos, produtos ou serviços; b) capacitação - ações analisadas ou propostas atinentes à acessibilidade atitudinal (ou seja, ao comportamento de quem interage com a pessoa com deficiência) e capacitações de modo geral, designadas por esse termo ou similares, mas sempre se referindo à ação humana; e, c) tipo de ação não categorizado - documentos que não deixaram explícito nos resumos o tipo de ação tratada ou proposta. Idealmente, se teria realizado a leitura do documento na íntegra para uma melhor compreensão, mas contraria a proposta deste estudo e a metodologia aplicada. Dos documentos analisados, apenas três (5,4% da amostra total) se enquadram neste último código.

No que diz respeito aos outros dois tipos de ação, o código recurso técnico esteve presente em 47 documentos (85,4% da amostra total). Já o código capacitação apareceu em 26 documentos (47,3% da amostra total). Destaca-se, porém, que em 21 documentos esses dois códigos (Recurso técnico e Capacitação) foram identificados, significando assim que em 38,2% dos 55 documentos analisados há preocupação não só com os recursos técnicos disponíveis, mas também com a ação e o contato humano na garantia de acessibilidade para as pessoas com deficiência.

Gráfico 2 – Tipos de ação: os códigos Recurso técnico e Capacitação nos documentos analisados



Fonte: Elaborada pelas autoras.

Descrição: O Gráfico 2 é um diagrama de Venn que representa a intersecção entre os códigos Recurso técnico e Capacitação, da categoria Tipo de ação. O primeiro círculo, de cor azul, representa o código Recurso técnico, presente em 47 dos documentos analisados. O segundo círculo, de cor rosa, representa o código Capacitação, presente em 26 dos documentos analisados. Por fim, a área de intersecção, de cor roxa, representa 21 documentos analisados que tiveram a presença dos dois códigos. Abaixo do diagrama, está a legenda que indica o que cada cor representa.



Apesar de a maioria dos documentos apresentar foco nos recursos técnicos, que obviamente são de extremo valor, afinal estes recursos devem ser sempre implementados para a garantia de acessibilidade, a inclusão vai além da esfera técnica. A conexão humana é algo essencial e isto inclui a formação continuada e capacitação da equipe de profissionais da biblioteca para que não se reproduzam atitudes capacitistas que (conscientemente ou não) contribuem para a segregação das pessoas com deficiência. Destaca-se aqui a repetição do termo “acessibilidade atitudinal” em diversos documentos. Conforme mostrado no Gráfico 2, vale ressaltar neste estudo, cujo *corpus* documental é constituído de 55 documentos, a frequência da presença dos dois códigos (Recurso técnico e Capacitação) num mesmo documento, pois demonstra o cuidado dos autores com ambas as esferas. Algo, realmente, positivo, pois integra condições materiais e profissionais capacitados para atender e aprender com pessoas com deficiência.

Como um adendo, destaca-se o trecho da amostra B20, recuperada na BDTD: “Foi sugerido também algumas TA [tecnologias assistivas] para auxiliar às pessoas com deficiência visual e auditiva” (Vasconcelos, 2022). Esta amostra, uma dissertação da área da Educação, demonstra a importância do diálogo da área da Biblioteconomia com outras áreas. Não apenas pelo potencial do ambiente biblioteca poder contribuir com a inclusão de pessoas com deficiência, como já discutido na introdução, mas por sinalizar para o bibliotecário a oportunidade de discutir, aprender, contribuir e de ser um agente de inclusão social das pessoas com deficiência.

Linderman, Spudeit e Corrêa (2016, p. 709) afirmam que a Biblioteconomia tem responsabilidade social baseada na sua função de “democratizar a informação de forma neutra e igualitária”, sendo assim, bibliotecários precisam despertar interesse e desenvolver competências pela contribuição desse caráter social da Biblioteconomia. Logo, é de suma importância o diálogo da Biblioteconomia com outras áreas, não só com a Educação, mas com todas as demais para que de alguma forma compreendam que todas as pessoas precisam de bibliotecas e de serviços de informação, e tenham ciência do papel social da Biblioteca e do bibliotecário na inclusão da pessoa com deficiência.



4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, verificou-se de que maneira a temática de acessibilidade para pessoas com deficiência em Bibliotecas Universitárias tem sido estudada, que tipos de necessidade têm sido avaliadas e qual a natureza das soluções propostas.

Com base nos resultados, aponta-se os grandes focos em apenas dois tipos de deficiência (visual e auditiva), sinalizando uma lacuna e necessidade de estudos específicos para outras temáticas, em especial para deficiências intelectuais. Aponta-se também o foco ou interesse maior das pesquisas em recursos técnicos, como tipo de ação, para garantia de acessibilidade, que devem ser valorizados, mas não postos como unanimidade. Porém, a presença de ambos os tipos de ação (recurso técnico e capacitação) em 21 dos 55 documentos analisados é um dado relevante, a demonstrar compreensão da necessidade de esforços e colaboração nas pesquisas conciliando recurso técnico e investimentos na atitude humana. Acessibilidade e inclusão não podem ser reduzidas ao caráter técnico, uma vez que reter a pessoa com deficiência apenas a instrumentos e ferramentas compromete a sua real inclusão. Defende-se a necessidade de estudos com foco na conexão humana, livre de preconceitos e capacitismo. Retorna-se ao conceito de sociedade exposto na introdução (Elias, 1994), se a sociedade é um conjunto de indivíduos, com todas as suas características únicas, históricas e culturais, é essencial o intercâmbio de ideias e vivências em ordem de construir uma sociedade mais rica e diversa – inclusiva.

Através do breve estudo desenvolvido, espera-se contribuir para que futuros estudos busquem preencher as lacunas ainda existentes e assim possam fazer parte da construção de estudos mais inclusivos, trazendo benefícios para pessoas com e sem deficiência.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Acessibilidade**: de acordo com a norma ABNT NBR 9050:2020. Rio de Janeiro: 2020. Disponível em: https://www.confea.org.br/midias/acessibilidade_abnt_2022.pdf. Acesso em: 21 de jan. 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4. ed. rev. atual. Lisboa: Ed. 70, 2004.



BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília: Casa Civil, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 10 abr. 2025.

BRASIL. **Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência:** Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da pessoa com deficiência). Câmara dos Deputados. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. Série Legislação; n. 200. Disponível em: https://www.cnmp.mp.br/portal/images/lei_brasileira_inclusao_pessoa_deficiencia.pdf. Acesso em: 28 mar. 2025.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **IV Relatório Nacional de Cumprimento da Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas com Deficiência (CIADDIS) e o Programa de Ação para a Década das Américas pelos Direitos e pela Dignidade das Pessoas com Deficiência (PAD).** Brasília (DF): [s.n.], jul. 2024. [paginação irregular]. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/pessoa-com-deficiencia/acoes-e-programas/RELATORIOOEA2024PORTUGUES_final.pdf. Acesso em: 17 maio 2025.

CAMPBELL, Fiona Kumari. Inciting legal fictions: ‘disability’s’ date with ontology and the ableist body of law. **Griffith Law Review**, v. 10, n. 1, p. 42-62, 2001. Disponível em: <https://research-repository.griffith.edu.au/server/api/core/bitstreams/bdf45182-e5b6-59f6-8285-2c44ad749a65/content>. Acesso em: 11 abr. 2025.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

GRUPO CONDUZIR. **Lei Berenice Piana:** direitos dos autistas e novos projetos de inclusão. [S. l.], 19 jul. 2024. Disponível em: <https://grupoconduzir.com.br/lei-berenice-piana-direitos-dos-autistas-e-novos-projetos-de-inclusao/>. Acesso em: 14 jun. 2025.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES BIBLIOTECÁRIAS (IFLA). **Diretrizes da IFLA sobre os serviços da biblioteca pública.** 2. ed. Lisboa, 2013. Disponível em: <https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/hq/topics/libraries-development/documents/libraries-un-2030-agenda-toolkit-pt.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2025.

GENTIL JUNIOR, Jorge Sebastião. **Formulação de indicadores qualitativos de acessibilidade:** o caso da Biblioteca de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense. 2016. 113 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Biblioteconomia e Documentação) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/6645>. Acesso em: 5 jun. 2025.

LINDERMAN, Catia; SPUDEIT, Daniela; CORRÊA, Elisa Cristina Delfini. Por uma biblioteconomia mais social: interfaces e perspectivas. **Revista ACB: Biblioteconomia**



em Santa Catarina, Florianópolis, v. 21, n. 22, p. 707-723, ago./nov., 2016. Disponível em:

<https://revista.acbsc.org.br/racb/article/download/1211/pdf/6380#:~:text=A%20Bibliotecas%20tem%20sua%20responsabilidade,uma%20obriga%C3%A7%C3%A3o%20social%20da%20profiss%C3%A3o>. Acesso em: 7 jun. 2025.

VASCONCELOS, Kátia Maria Melo de. **A realidade do sistema de bibliotecas de uma Universidade Pública do Estado do Amazonas no uso de recursos de tecnologia assistiva para o atendimento aos usuários com deficiência visual e auditiva.**

Dissertação (Mestrado em Tecnologias Emergentes em Educação) - Must University, Florida, 2022. Disponível em: <https://riu.ufam.edu.br/handle/prefix/6276>. Acesso em: 5 jun. 2025.